

TRT-MT

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA JUDICIÁRIA

Tribunal Regional do Trabalho do
Estado do Mato Grosso



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Domínio da ortografia oficial.

Emprego da acentuação gráfica.

Emprego dos sinais de pontuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Flexão nominal e verbal.

Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.

Domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual.

Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo.

Concordância nominal e verbal.

Regência nominal e verbal. Morfossintaxe.

Redação oficial (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).

Intelecção e interpretação de textos de gêneros variados.

Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.

Figuras de linguagem.

Discurso direto, indireto e indireto livre.

Adequação da linguagem ao tipo de documento.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;

deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS

medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 8.112/1990 e alterações: Do Provimento, Da Vacância. Das Férias. Do Regime Disciplinar: Dos Deveres, Das Proibições, Da Acumulação, Das Responsabilidades e Das Penalidades.

Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011).

Proteção de dados pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Atos normativos do TRT da 23ª Região:

Regimento Interno (atualizado até a Resolução Administrativa n. 88, de 02 de setembro de 2021), Consolidação Normativa dos Provimentos da Corregedoria (Aprovada pela RA n. 170/2010, Disponibilizada na edição n. 598 do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – Caderno Jurídico do TRT – 23ª Região de 04.11.2010, às páginas 19 e 21, e publicada em 05.11.2010, conforme art. 4º, § 3º, da Lei n. 11.419/2006),

Plano Estratégico 2021-2026 (Aprovada pela Resolução Administrativa n. 60/2021 e considerada a 1ª Revisão Técnica), Política de Governança (Resolução Administrativa n. 10/2019, com as alterações promovidas pela RA n. 51/2022), Política de Gestão de Pessoas (Resolução Administrativa n. 171/2019), Política de Segurança da Informação (Resolução Administrativa n. 177/2019), Política de Governança das Contratações (Resolução n. 115/2021) e Estatuto da Conduta Ética dos Servidores (Resolução Administrativa n. 299/2017).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios Fundamentais.

Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Direitos Sociais.

Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais.

Vigência e eficácia das normas constitucionais.

Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Administração Pública (disposições gerais, responsabilidade civil da administração e servidores públicos).

Do Poder Executivo: das atribuições e responsabilidades do Presidente e do Vice-Presidente da República.

Das competências da União, dos Estados e dos Municípios.

Do Poder Legislativo: do processo legislativo.

Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior Tribunal de Justiça; Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência.

Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública.

Princípios constitucionais e legais da Administração Pública.

Princípios administrativos implícitos.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942) e sua aplicação na Administração Pública.

Poderes e deveres do administrador público.

Uso e abuso do poder.

Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos.

Ato administrativo.

Conceito, características e atributos.

Elementos e requisitos de validade.

Classificação dos atos administrativos.

Formação e efeitos.

Extinção, revogação, invalidação e convalidação.

Cassação e caducidade.

Serviço público: Conceito. Classificação. Princípios. Formas de delegação de serviço público.

Bens Públicos.

Licitação e Contratos Administrativos (Leis n.º 8.666/93 e Lei 14.133/2021).

Controle da administração pública. Classificações relativas ao controle da Administração Pública. Controle interno, externo e procedimentos de tomadas de contas.

Convênios Administrativos e instrumentos congêneres.

Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999) e Processo Administrativo Disciplinar (Lei nº 8.112/90).

Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011).

Proteção de dados pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

Regime de emprego público e disposições da CLT aplicáveis.

Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990 atualizada).

Loman.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência tributária.

Tributos (IR e contribuição previdenciária).

Lei 8.212/91 (art. 28).

Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (dos rendimentos tributáveis e dos rendimentos isentos e não tributáveis).

DIREITO DO TRABALHO

Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.

Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988).

Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso.

Trabalho intermitente: regramento legal; características; peculiaridades.

Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho.

Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária.

Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.

Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.

Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.

Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da rescisão por acordo mútuo; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização.

Do aviso prévio.

Prazo do aviso prévio.

Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável.

Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; Jornada In itinere; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.

Do salário mínimo: irredutibilidade e garantia.

Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias.

Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário;

modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário.

Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função.

Da arbitragem.

Do FGTS.

Da prescrição e decadência.

Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; das atividades insalubres ou perigosas.

Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor.

Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade.

Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.

Do direito de greve; dos serviços essenciais.

Das comissões de Conciliação Prévia.

Da renúncia e transação.

Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017 atualizada).

Dano moral nas relações de trabalho.

Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.

Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho.

Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017 atualizada.

Parâmetros legais para elaboração de cálculos trabalhistas: Acordo inadimplido, Adicionais (horas extras, trabalho noturno, insalubridade, periculosidade, sobreaviso e prontidão, dentre outros), Contribuição sindical do empregado e do empregador, Férias, gratificação natalina, aviso prévio e seguro desemprego, FGTS (incluindo expurgos), Multas (art. 467 e art. 477 da CLT), Repouso semanal remunerado e feriado, Tributos (INSS, IR, custas).

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Da Justiça do Trabalho: organização e competência.

Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência.

Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça e oficiais de justiça avaliadores.

Dos Peritos Judiciais: responsabilidade pelos honorários periciais, Gratuidade de Justiça.

Do Ministério Público do Trabalho: organização.

Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária e supletiva do CPC).

Prescrição e decadência.

Prescrição intercorrente.

Dos atos, termos e prazos processuais.

Da distribuição.

Do valor da causa no Processo do Trabalho;

Das custas e emolumentos.

Custas e emolumentos para a Fazenda Pública.

Hipóteses de isenção.

Das partes e procuradores; do jus postulandi; da substituição e representação processuais.

Da representação da massa falida e das empresas em Recuperação judicial.

Do litisconsórcio no Processo do Trabalho; da assistência judiciária; dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados.

Das nulidades e das exceções: hipóteses ensejadoras, prazo e forma de arguição.

Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão.

Das provas.

Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar.

Do procedimento ordinário e sumaríssimo.

Dos procedimentos especiais: inquérito para apuração de falta grave, ação rescisória e mandado de segurança.

Da ação civil pública.

Da sentença e da coisa julgada; da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.

Dos dissídios coletivos: extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa.

Da execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.

Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens.

Garantias na execução.

Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990).

Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros.

Da praça e leilão; da arrematação; das custas na execução;

Dos recursos no processo do trabalho.

Das decisões proferidas nos Tribunais (despachos, decisões monocráticas e acórdãos); hipóteses de cabimento; requisitos de validade.

Das tutelas provisórias e definitivas no processo do trabalho.

Normas atinentes ao Processo Judicial Eletrônico;

Lei nº 13.467/2017 atualizada (Reforma Trabalhista);

Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho;

Instruções Normativas e Atos em Geral do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito Processual do Trabalho.

DIREITO CIVIL

Hierarquia, integração e interpretação da lei (LINDB).

Da Pessoa Natural.

Personalidade e Capacidade.

Direitos da Personalidade.

Da Pessoa Jurídica.

Domicílio Civil.

Dos Bens públicos: classificação, afetação e desafetação.

Do Negócio Jurídico: Conceito.

Classificação.

Elementos essenciais gerais.

Elementos acidentais (condição, termo, encargo).

Defeitos do negócio jurídico (erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores), invalidade do negócio jurídico.

Do Direito das Obrigações.

Da responsabilidade civil.

Da empresa.

Recuperação judicial e falência.

Direito das coisas.

Posse.

Teorias da posse.

Conceito, classificação, aquisição, efeitos, proteção e perda da posse.

Direitos reais.

Propriedade.

Conceito, classificação, aquisição, proteção e perda da propriedade.

Propriedade resolúvel.

Propriedade fiduciária.

Direitos reais sobre coisa alheia.

Superfície.

Servidões.

Uso.

Usufruto.

Habitação.

Direito real à aquisição.

Direito do promitente comprador.

Compromisso de venda e compra.

Adjudicação compulsória.

Direitos reais

em garantia.

Penhor.

Hipoteca.

Casamento e união estável heteroafetivos e homoafetivos: regime de bens, meação e sucessão de cônjuge e companheiro.

Sucessão.

Disposições gerais.

Partilha de bens e direitos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Da jurisdição e da ação: conceito, natureza e características; das condições da ação.

Das partes e procuradores: da capacidade processual e postulatória; dos deveres e da substituição das partes e dos procuradores.

Do litisconsórcio e da assistência.

Da intervenção de terceiros.

Da competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência.

Dos atos processuais: da forma dos atos; dos prazos; da comunicação dos atos; das nulidades.

Preclusão.

Da formação, suspensão e extinção do processo.

Do processo de conhecimento: da petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento.

Valor da causa.

Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção.

Da revelia.

Da tutela provisória.

Do julgamento conforme o estado do processo.

Das provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal.

Da audiência: da conciliação e da instrução e julgamento.

Da sentença e da coisa julgada.

Da ação rescisória.

Dos recursos: disposições gerais e recursos em espécie.

Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução.

Dos embargos do devedor.

Da execução por quantia certa contra devedor solvente.

Da suspensão e extinção do processo de execução.

Dos procedimentos especiais: ação de consignação em pagamento; embargos de terceiro; ação monitória; ações possessórias.

Mandado de segurança.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova